





BANDITISMO E REALISMO: OS COMEDORES DE TERRA-FLORESTA EM “PSSICA” DE EDYR AUGUSTO

BANDITRY AND REALISM: THE EARTH-FOREST EATERS IN “PSSICA” BY EDYR AUGUSTO

Francisco das Chagas Ribeiro Júnior¹  

Augusto Sarmento-Pantoja²  

RESUMO: Esse estudo versa pela literatura de cunho realista, sobretudo a brutalista, retoma o meu período da graduação ao ter contato com a literatura visceral e perturbadora de Rubem Fonseca e pelas novas formas de realismos por trazer à cena literária a vida urbana. A representação caricata do pobre e do favelado e a representação, muitas vezes, misógina da mulher. Tudo isso me faz pensar o lugar do escritor latino-americano em novas estéticas realistas, sobretudo, no cenário amazônica da qual Edyr Augusto está inserido. Diante disso, analisamos a trajetória do personagem Preá, em “Pssica” (2015), personagem pouco estudado pela recepção crítica, porém importante para pensar representações das territorialidades amazônicas.

Palavras-chave: Pssica. Edyr Augusto. Banditismo. Realismo. Amazônia.

ABSTRACT: *This study is based on literature of a realistic nature, especially brutalist, taking up my graduation period in contact with the visceral and disturbing literature of Rubem Fonseca and new forms of realism to trace a literary dinner to urban life. The caricature representation of the poor and the favelated and the representation, many times, misogynistic of women. Everything makes me think of the place of the Latin American writer in new realistic aesthetics, especially in the Amazonian context in which Edyr Augusto is inserted. Before saying, we analyze the trajectory of the Preá personage, in “Pssica” (2015), personage not studied for critical reception, therefore important to think about representations of Amazonian territorialities.*

Keywords: Pssica. Edyr Augusto. Banditism. Realism. Amazonia.

¹ Mestrando em Letras (PPGL/UFPA) Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professor de Português, Literatura e Redação efetivo da Secretaria da Educação do Estado de Tocantins. E-mail: chicoteribeiro@gmail.com

² Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado em Estudos Comparatistas pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Docente de Literatura da Universidade Federal do Pará. Coordena os grupos de pesquisa Estudos de Narrativas de Resistência (Narrares) e o Grupo Estéticas, performances e hibridismos (ESPERHI). Bolsista Pós-Doutorado Sênior - PDS-CNPQ. E-mail: augustos@ufpa.br

Os estudos sobre a memória tem sido um dos fenômenos mais recorrente nas sociedades ocidentais. Isso se deve, em grande medida, a partir da década de 1980, após o deslocamento do interesse para o passado num boom da musealização, sobretudo na literatura memorialística, confessional, com mercado cada vez maior no setor de romance autobiográficos, autoficcionais, metaficcionais. Tudo isso remete a um lado traumático da cultura que traz à tona o interesse pela perspectiva do subalterno diante abusos violentos em espaços de exceção. Entender por essa perspectiva do trauma parece ser, então, um caminho para compreensão da realidade contemporânea. Dentro da cena brasileira foram inúmeras as obras que ganharam protagonismo por conta do interesse editorial como *Cidade de Deus*, de Paulo Lins e *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella. Nesse sentido, a possibilidade de uma nova literatura marginal (ou confessional se considerarmos essa guinada subjetiva) apresenta uma sede geral de realidade trazendo à tona a superexposição obscena e pornográfica do escandaloso e do chocante, que seduz grande parte do público de mídias de grande massa. Dessa forma, é oportuno discutir o surgimento de uma voz da exclusão na construção de uma memória da violência.

Tudo isso nos faz refletir sobre a existência ou não do Estado de Direito no Brasil, principalmente na Amazônia. Diante da existência da pluralidade, o Direito tem se modificado ao ponto de abarcar novos processos que envolvem produtos de inter-relações entre memórias culturais³, possibilitando que uma memória jurídica cultural se proponha na desconstrução da memória metafísica, isto é, da desconstrução de grandes narrativas vinculados às ideias universais. Os direitos humanos, então, a priori, estaria vinculado aos interesses de grupos específicos detentores do poder, a burguesia contra a aristocracia e organizações estáticas. Porém, a posteriori, no século XX, com as demandas neoliberais, passa a entrar num terreno controverso de maior liberdade e abrangência e ao mesmo tempo em que ocorrem grandes chacinas, genocídios e o Holocausto. É nesse contexto, o da modernidade tardia, que emerge diversas identidades que vão de encontro à razão universal, por outro lado, há valorização das diversidades culturais. Assim, a sociedade na contemporaneidade proporciona o descentramento das narrativas predominante do Ocidente, dando oportunidade às vozes até então marginalizadas. Dessa maneira o sujeito passa a ver o outro em suas demandas discursivas e nos seus direitos em interações nos espaços sociais.

³ O conceito de memória cultural está intrinsecamente atrelado à história; por exemplo, a luta por direitos consiste num fenômeno cultural que passa a ser requerido por uma comunidade jurídica em certo momento do tempo político. No campo da teoria do direito, no entanto, esse conceito não foi bem recepcionado. Isso se dá tanto pela perspectiva dos estudos culturais, que se não dão a devida importância para dispositivos de memória do direito, quanto pelo “conservadorismo” de teorias do direito que priorizam conceito como tradição, historicidade, continuidade, entre outros.

O sujeito se inscreve no ordenamento simbólico por meio da aquisição da linguagem, já o sujeito jurídico, por sua vez, tem sua existência a partir do momento que se inscreve na lei. Os direitos são, então, importantes na medida em que dão ao sujeito obrigações, permissões, proibições, deveres e responsabilidades e o coloca, dessa maneira, como sujeito jurídico. Assim, os direitos humanos representam a luta por reconhecimentos das vontades individuais e sociais envolvendo o Outro, seja na luta pelos direitos da mulher, do casamento homoafetivo, contra a fome, o racismo ambiental. Os Direitos humanos no mundo contemporâneo constroem uma vida descentrada, repartida em pluralidades de desejos, passível do reconhecimento de diversidades culturais em territórios diversos. O corpo, por sua vez, também é desmembrado à luz das leis em funções e partes; a área genital, por exemplo, é dado o direito à privacidade, à boca é dada, metaforicamente, a liberdade de expressão. Dessa forma, não existe mais um sujeito uno, indivisível, porém existências fragmentadas.

Torna-se mais evidente, diante da descentralização da vida, situações de violação de direitos humanos. E isso ocorre geralmente em sociedades com baixa distribuição de renda, na qual os sujeitos que estão fora dos centros de poder estão vulneráveis a todo tipo de violência. Nessas condições precárias, a conquista da identidade, do desejo, do respaldo jurídico falha e abre possibilidade para refúgio em poderes paralelos sob ameaças de abusos sexuais e homicídios. Nessas circunstâncias, a violência é um dos principais fatores para a baixa qualidade de vida, aliada à baixa estrutura do Estado, com faltas e ausências. Tudo isso propicia o surgimento de condutas jurídicas alternativas que estão à margem da sociedade, como aquelas que raptaram e escravizaram a personagem Janalice, de “Pssica” ou o poder paralelo do bando liderado por Preá no mesmo livro. O Estado brasileiro tem protagonismo na promoção de milhões de excluídos e a leis que deveriam evitar a destruição da identidade do cidadão dão lugar a novos códigos e condutas que transformam os espaços em territórios de violência e violação de direitos essenciais.

Em Pssica (2015), entre as histórias que se entrecruzam dentro de três núcleos, temos a do Jonas de Lima, o Preá, chefe de uma facção conhecida como ratos d’águas. Ele assumiu o controle após seu pai ser brutalmente assassinado em um ato de vingança por Portuga, após o esquartejamento da esposa deste personagem. Os ratos d’águas são muito conhecidos pela violenta exacerbada em assaltos a barcos e navios que singram os rios amazônicos. Nessas abordagens, não há só roubos, mas também humilhações, estupros e matanças. Em entrevista à revista *Vice*, Edyr Augusto relata a atuação dos ratos d’águas:

Na minha região, que é de muita capilaridade, os rios são as ruas. As pessoas trafegam em navios grandes, navios pequenos. E esses ratos d’água atacam não só as grandes balsas, mas, também, sobretudo as pessoas. Eles são muito violentos. Eles usam a violência como uma expressão de força. Eles machucam as pessoas. Eles

estupram as mulheres na frente dos cônjuges pra que todos vejam a violência deles. A lei quase não chega ali e é determinada pelo mais forte. O arquipélago do Marajó tem quase cem ilhas. É uma área que não tem muitos recursos, não tem lanchas disponíveis, não tem pessoal disponível (Lopes, 2015)

Após assumir a liderança, Preá investe em uma série de assaltos às embarcações que transportam passageiros e mercadorias para as cidades amazônicas. Esses trechos talvez componham as partes mais aterrorizantes do livro. Os roubos fazem parte do esquema de uma quadrilha que integra figuras importantes do cenário político, como: vereadores, policiais, prefeitos e até o governador, tudo sob subserviência do estado. O lucro da mercadoria roubada é distribuído entre os bandidos e autoridades. Dessa feita, Edyr traz para o cenário literário influências do realismo brutalista – famosa pela verve de Rubem Fonseca – na qual a narrativa se dá pela crueldade, pelo paroxismo de imagens e pelo excesso. Busca-se, com isso, um realismo atrelado ao efeito de real que se aproxima muito da abordagem documental⁴, aproximando-se do naturalismo tradicional de outrora. A brutalidade em Edyr Augusto, então, é tema e recurso discursivo por meio do paroxismo da realidade.

Parada dada. O navio saiu da Estrada Nova, tenho como destino Gurupá e Almerim. [...] Quando estavam próximos ao rio Carnapijó, entraram na cabine e renderam o comandante. Deram uma coronhada que abriu a cabeça de Onofre, veterano daqueles rios. A camisa empapada de sangue. Houve pânico. Deram tios para o alto. Silêncio, senão leva bala. Mulheres e crianças pra cá. Homens pra lá. [...] No convés, Jogador reinava. Os outros recolhiam as posses dos passageiros. Mael gostou de uma mulher que estava com o marido. Quer morrer? Não te mexe. Vê como se fode uma boceta! Seu merda! Vem cá, caralho! Rasgou a roupa da mulher. Empurrou-a de cara na parede. Ela chorava. Meu pau vai te fazer parar de chorar. Meteu de uma vez. O marido lagrimava de raiva. Ele se serviu. Ela aguentou calada. Os olhos no marido. Porra, caralho. Égua da mulher escrota! Os outros riam. [...] Já fodeste uma prenha, Dezenove? [...] Puxou a mulher para o meio, uma criança chorou. Segura aí senão vou matar. Ele a penetrou no chão e, ao final, deu-lhe um chute na barriga. Te foder, Mael. Aqui é eu e pronto! (Augusto, 2015, p. 27)

Essa representação bruta da realidade presente na literatura de Edyr Augusto vai contra a um conceito de literatura mais idealizada e erudita; é uma prosa que traz um discurso sem metafísica, sem transcendência. Em nível de técnica discursiva, o ritmo é frenético, enxuto e conciso, sem espaços para digressões, deixando o leitor muitas vezes sem fôlego. Além disso, o discurso é marcado por expressões regionais que dão o tom mais próximo da oralidade. Já no espaço ocorre o traslado dos personagens pela Amazônia, com início na avenida Presidente Vargas, o centro comercial tumultuoso, populoso e caótico de Belém do Pará – a Amazônia também é urbana, e nela os mesmo

⁴ É comum Edyr Augusto usar fontes jornalísticas ou factuais como inspiração para a construção de sua narrativa. Em “Pssica” há inúmeros correlatos do exercício ficcional com a realidade, entre elas: o vídeo da garota em sexo explícito vazado na internet, o bispo do Marajó jurado de morte por enfrentar o tráfico de prostituição infantil, os ratos d’águas que rotineiramente estampam os noticiários das páginas policiais em jornais.

problemas sociais comuns das metrópoles em todo mundo: moradores de rua, prostituição, narcotráfico, corrupção e muita violência – rumo aos rios e cidades ribeirinhas que contam com infraestrutura mínima do estado para o pleno exercício da cidadania, abrindo espaço para o poder paralelo em que a lógica do mais forte vence.

Nesse contexto, o espaço amazônico é considerado pelo Unicef e BBC1 como a região o mais difícil para criança sobreviver em todo o país. O arquipélago do Marajó, por exemplo, concentra as áreas com menores índices de desenvolvimento humano do mundo, sobretudo as cidades Melgaço, Currálinho, Pontas de pedras, Muaná. Nessas localidades, as crianças são praticamente desassistidas de qualquer programa por parte do Estado. Dentro de todas as mazelas sociais que ocorrem, uma tem grande destaque, a exploração sexual infantil. Um episódio emblemático que ilustra bem essa triste realidade ocorreu em 2006, com a ajuda do arcebispo do Marajó, quando denunciou uma rede de exploração sexual infantil que envolvia policiais, servidores públicos, empresários e até vereadores.

Nessa dinâmica da violência como denúncia social, o abjeto permeia toda a trajetória de Preá à medida que o personagem se desloca pela Amazônia, desde o esquitejamento da esposa de Portuga pelo seu bando, até a sua morte em Caiena. Uma vez posto em choque os corpos dos personagens, cria-se um universo de convulsão, numa performance estética que procura tensionar as relações tanto dos sujeitos com o espaço amazônico quanto entre si. Essa postura relembra muito o realismo naturalista numa encenação quase animalesca dos corpos. Nesse ponto, o núcleo narrativo de Preá se cruza com o núcleo de Janalice, uma jovem de 14 anos, em “Pssica” que tem sua intimidade violada em vídeo compartilhado pelo seu namorado. Não menos convulsionada é a o arco narrativo dessa personagem, a jovem é expulsa da casa dos pais e tem sua trajetória vertiginosamente dominada pela violência, que engloba desde a prostituição infantil, o narcotráfico, a escravidão e o tráfico de humanos. Preá apaixonou-se por Janalice em uma festa na casa do prefeito de Breves. A jovem está presa em uma rede de escravidão sexual na qual é a atração principal. Ele tenta salvá-la da exploração sem sucesso. Traído pelo prefeito de Breves e sua quadrilha em uma emboscada, Preá é alvejado, porém consegue fugir pelo rio. Dá-se, então, a jornada de Preá rumo à Guiana Francesa atrás de ouro e euro.

Preá chegou em casa. De longe, viu os soldados. E agora? Acabou meu negócio. Fugir. Pra qualquer lugar. Lembrou da Guiana Francesa. Ouro. Euro. Pra lá que Lula foi e, quando deu notícia, tinha bamburrado. Nunca voltou. Deve estar numa boa. Garimpo Dom Eliseu. Nunca esquecera. [...] Depois, Afuá e, finalmente, Macapá. Na rodoviária, ônibus para Oiapoque. E tome estrada. No caminho, gente de garimpo. Lula disse que não valia a pena. Melhor que ouro em real é ouro em euro! [...] Encontrou os parceiros de aventura, todos clandestinos, sentados, aguardando. Pagou duzentos reais ao coio. Partiram à noite, se escondendo dos homens da

Polícia Civil do Amapá, permanentemente atrás de gente sem visto para entrar na Guiana. Doze horas no mar, esperando a maré para desembarcar. Ao seu lado vai Téo, homem forte. Para onde vai? Trabalhar em obra. E tu? Garimpo. Vou te dizer, também vou pro garimpo. Vida difícil, quatro moleques pra sustentar. Vou arriscar. Se bamburrar, volto logo. [...] Pra qual garimpo estás indo? Meu amigo Lula foi para Dom Eliseu. Sabes onde fica? Não fica mais. A gendarmerie descobriu. Quem? Polícia francesa. Deu bote. Parada dada. E agora? O que faço? Vem comigo. Vou para o Duda, garimpo novo. Vou. Fiquei sem destino. [...] A voadeira chega mais próximo. Sai todo mundo! Vai! Rápido que lá vem a polícia! Eles chegam próximo, e holofotes são ligados. Há tiros. Preá e Téo escapam. Ele pega a direção do rio Approuage. Vão pela borda até o Arataye. Cai uma chuva torrencial. [...] Téo ainda leva uma mangueira de pressão que atrapalha a caminhada. O trajeto é lento, fora das vistas. Mas ali é tudo mata virgem. Preá e Téo nasceram na mata. Mas sete dias caminhando quase enlouquecem qualquer um. (Augusto, 2015, p. 75)

Assim como a grande maioria dos garimpeiros, Preá simboliza bem o fluxo migratório brasileiro em busca de ouro nas guianas de forma clandestina. As condições são as mais desumanas e precárias possíveis, sob rotina de quase 20h diárias ou mais, com recorrentes casos de malária e febre altas, desmoronamentos em perfurações do solo e grande consumo de cocaína; tudo isso, perpassa pela trajetória de Preá no garimpo ilegal.

Embora a mineração ilegal possa estar fora de tudo aquilo que circunscreve as leis, é importante ressaltar a pretenciosa ilusão da separação categórica entre práticas legais das ilegalidades. Isso porque, a atividade aurífera transita entre prática lícita e ilícita, ou seja, uma ampara a outra por meio de fluxos de pessoa e objetos entre as duas práticas. As casas de vendas de ouro em Oiapoque, por exemplo, algumas são regulamentadas pelo Banco Central e Banco do Brasil para a comercialização do ouro extraído na cidade, embora já seja ciente que não exista mais nem uma mina em atividade em Oiapoque. Na grande maioria das vezes, o ouro comercializado de forma legal por essas casas é oriundo das reservas indígenas do Amapá e da Guiana Francesa. Além disso, há toda uma rede internacional legalmente institucionalizada na qual atribui oscilações no valor da grama do ouro, valorizando-o e, conseqüentemente, proporcionando maior procura pelo mineral. Tudo isso está ligado à exploração de ouro na Amazônia sob condições insalubres, do desejo pelo enriquecimento rápido atrelada à ideia de progresso dos ideais neoliberalistas.

Nesse sentido, no ensaio *Sobre o conceito da história*, Walter Benjamin elucidava sobre a ideia de progresso enquanto catástrofe. O que comumente se chama de “desenvolvimento” sempre está vinculado extermínios de corpos humanos. Desde os tempos da colonização, esse modelo de civilização tem sido causa e consequência da violência. Ailton Krenak corrobora essa ideia de que o fim do mundo é uma realidade desde o século XVI para muitos povos no Brasil, com consequências que implicam cotidianamente até hoje. Também por isso, o filósofo indígena fala da importância de

superar a visão eurocêntrica da história, uma vez que não se pode ficar “olhando essa história do contato como se fosse um evento português. O encontro com as nossas culturas, ele transcende a essa cronologia do descobrimento da América, ou das circunavegações, é muito mais antigo” (Krenak, 199, p. 28). Além disso, no emblemático prefácio de *A queda do céu*, Eduardo Viveiros de Castro comenta sobre a destruição do mundo e de corpos:

Ao mesmo tempo uma explicação do mundo segundo outra cosmologia e uma caracterização dos Brancos segundo outra antropologia (uma contra-antropologia). A queda do céu entrelaça esses dois fios expositivos para chegar à conclusão de uma iminência da destruição do mundo, levada a cabo pela civilização que se julga a delícia do gênero humano – essa gente que, liberta de toda ‘superstição retrograda’ e de todo ‘animismo primitivo’, só jura pela santíssima trindade do Estado, do Mercado e da Ciência, respectivamente o Pai, o Filho e o Espírito Santo da teologia modernista. (Viveiros de Castro, 2015, p. 24)

Dentro desse contexto, podemos compreender a relação que o Estado tem sobre os povos e comunidades à luz da teoria da necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe, a partir do conceito de biopolítica de Michael Foucault, para pensar o estado de exceção que circunscreve vida e morte de sujeitos. Mbembe afirma que a Soberania representa a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é. Nessa perspectiva, sob o poder do soberano que estão submetidas os desígnios da vida e morte. “Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p. 5). O Autor camaronês ainda afirma:

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto (Mbembe, 2018, p. 38-39)

Desse modo, pela perspectiva do necropoder, há espaços em que “os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (Mbembe, 2018, P.35). Dessa forma, nenhum direito está garantido e vidas podem ser reduzidas a meros esqueletos. Esses corpos desumanizados passam a inscrever-se

“no registro de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidade vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas em estupor” (Mbembe, 2018, P.60). Nessa situação está Preá, destituído de todo seu poder sobre um bando criminoso que outrora possuía e em condições desumanas de trabalho no garimpo, vê-se em uma oportunidade de fugir com todo o ouro do dono a partir de uma intervenção da polícia em um helicóptero. Porém, em Caiena é roubado e cruelmente assassinado com uma torção em seu pescoço.

O Eldorado amazônico

Entender as ambições e caminhos que motivaram Preá na peregrinação pela Amazônia atrás do ouro torna-se infrutífera sem antes entender a história local e os seus tensionamentos no tempo. Dessa feita, Amazônia cada vez mais vem ganhando espaço no cenário mundial trazendo à tona sua complexidade como território. Esse interesse pela maior floresta tropical do mundo está longe de circunscrever apenas aos seus aspectos biológicos, mas também à compreensão do processo colonial a partir da ideia central de ocupação e dominação. Durante muito tempo houve a hegemonia de uma formação discursiva homogeneizante sobre ela, deixando em segundo plano as diversas matizes sociais e históricos pelas quais as comunidades passaram ao longo do tempo.

Esses discursos homogêneos têm a ver com a invenção⁵ da Amazônia, tendo em vista que ela não foi descoberta, mas sim criada. Esses discursos começaram a ganhar força a partir da colonização dos portugueses, porém, antes da sua chegada, a terra já era habitada por diversas comunidades com suas diferentes complexidades.

Nesse sentido, é importante pensarmos epistemologias que ultrapassem o imaginário de uma Amazônia homogênea ou de um eldorado a ser explorado infinitamente; assim, abrindo caminhos para problemáticas heterogêneas existentes na região, oportunizando múltiplas realidades.

Uma das principais problemáticas que se apresenta é a questão do garimpo nas amazônias. Questão que se alastra durante séculos desde o início da colonização até a recente tentativa de legalização e intensificação durante o governo de Jair Bolsonaro nos último quatro anos. Isso levou a um estado de calamidade pública do povo Yanomami em Roraima. Para Davi Kopenawa, o garimpo é o fato preponderante para o sofrimento e morte dos Yanomami; isso porque, com a presença dos garimpeiros, milhares de indígenas morrem por doenças trazidas por eles, além da devastação do

⁵ A invenção da Amazônia tem a ver com uma passagem bíblica em que se acreditava numa terra, ou melhor, num paraíso, igual ao descrito na Bíblia, que era o jardim do Éden.

ecossistema da floresta. Esse cenário catastrófico foi decisivo para a criação do livro *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*:

Eu estava então na França, para as festas de fim de ano, e logo voltaria a Brasília, onde morava havia dois anos. Através dessa gravação, Davi Kopenawa quis me transmitir seu testemunho sobre a situação trágica dos Yanomami e me lançar um apelo. Fez, em sua língua, um relato angustiado das doenças e mortes, das violências e estragos provocados pela cobiça desenfreada dos garimpeiros. O relato era entrecortado por reflexões xamânicas, tiradas das sessões realizadas com seu sogro em Watoriki. No final, pedi que eu ajudasse a divulgar suas palavras e lhe desse apoio para implantar com urgência um programa de saúde em sua terra. Agravação dessa mensagem me parece ser, retrospectivamente, o evento fundador que selou entre nós o pacto político e literário que deu origem a este livro (Kopenawa; Albert, 2015, p. 683).

Porém, pensar a Amazônia fora dos discursos dominantes e homogeneizantes diante da ideia de progresso que permeia imaginário enquanto nação brasileira torna-se uma árdua tarefa. Contudo, é possível pensá-la de modo a compreender os processos de exploração, submissão e dominação em seus territórios. O imaginário de um eldorado ilimitado, por exemplo, faz parte do estereótipo sobre as amazônias que se constituiu principalmente discursivamente, porém com forte impacto real sobre os habitantes desses territórios. O objetivo, obviamente, é exaurir, de todo modo, as riquezas que a natureza proporciona, sobretudo, os minerais.

Em suma, a ocupação da Amazônia ocorreu em ciclos de exportação de produtos extrativistas (a mão-de-obra indígena, por sua vez, foi amplamente explorada nesse processo) como drogas do sertão no século XVII, cacau no século XVIII e borracha no século XIX. Após a decaída do ciclo da borracha, a economia na Amazônia ficou estagnada, embora comumente assediada por focos extrativistas, por garimpeiros e pecuaristas. Contudo, a partir da chegada dos militares ao poder nas décadas 1960 e 1970, a Amazônia passa a ser brutalmente ocupada e rearticulada para atender às demandas do sistema global. Isso promoveu intensas disputas territoriais para o controle dos recursos naturais, atingindo principalmente os indígenas

Nesse contexto, por muitas vezes, o mito da existência de um Eldorado na Amazônia parece estar entrelaçado à ideia de progresso, que forçosamente alguns governantes tentaram associar ao projeto de integração nacional de uma nação. Isso desencadeou grandes projetos de rodovias – em sua maioria fracassadas – como a Perimetral Norte (BR-210), Transamazônica (BR-230), Estrada de Ferro Carajás (EF-315). Em suma, esses projetos intensificaram ainda mais tensões dentro de territorialidades amazônicas, propiciando desequilíbrios ambientais, econômicos e até mesmo genocídios de povos indígenas.

Para o antropólogo Bruce Albert, em artigo intitulado “O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza” traz pontos importantes para pensarmos a questão aurífera a partir da perspectiva indígena. Os Yanomami chamavam os garimpeiros de “urihi wapope”, que em tradução por Albert seria algo como “comedores de terra, comedores de floresta”. Foi justamente contra esses comedores de terras que lideranças Yanomami reivindicaram o direito a manter o uso exclusivo de seu território, simbolizado pela expressão “urihi noamãï”, que seria algo como “recusar-se a entregar e proteger a terra, a floresta”. O antropólogo elucida como a atividade dos garimpeiros impacta nas vidas dos Yanomami. Isso seria um “trágico enigma”, que segundo os Yanomami, parte desse enigma tem a ver com a ignorâncias dos brancos e da escuridão confusa de seus pensamentos plantado nas mercadorias.

Os garimpeiros são hostis a nós porque são como espíritos maléficos; são filhos de comedores de terra-floresta. Eles dizem que nós somos ignorantes, mas estão errados. É o contrário. Somos nós que sabemos das coisas e que protegemos a floresta. Somos amigos da floresta porque nossos espíritos xamânicos são os seus guardiães (...) São eles que nos fazem pensar direito e ficar lúcidos. Quando estão perto de nós, fazem crescer nossa mente, fazem-na ir longe. Nosso pensamento não é fixado em outras palavras. É fixado na floresta, nos espíritos xamânicos (Albert, 1995, p. 11)

Nesse sentido, os Yanomami sabem que o ouro, “matéria quente e perigosa”, está escondido no interior da terra, pois tem algum propósito. E enquanto permanecer escondido junto com outros minérios ele será inofensivo. Porém, os garimpeiros, além de retirá-lo, ainda o queimam, que faz exalar uma fumaça pestilenta em todas as direções. Esse “calor patogénico” afeta os humanos e a floresta, tornando o ambiente infértil e inabitável para os espíritos xamânicos que possuem e protegem a floresta.

Toda a questão aurífera na Amazônia leva Davi Kopenawa relacionar os brancos com o “Xavari”, o “espírito da epidemia”, ser canibal que tem a aparência de branco e que mata e come nossos filhos, diz Kopenawa. Bruce Albert, por fim, diz que a corrida do ouro instaura uma crise escatológica e um movimento de entropia cosmológica, confirmando a profecia de Davi Kopenawa de que quando todos os xamãs tiverem morrido, o céu vai Cair.

O garimpo nas guianas

Um contexto importante sobre interstícios das fronteiras brasileiras e das Guianas, pelas quais o personagem Preá envereda. A fronteira franco-brasileira tem 730 quilômetros. Na parte brasileira está localizado os municípios do Laranjal do Jari e Oiapoque, no estado do Amapá. Do lado da francês

a maior parte são de reservas indígenas e parques nacionais. Os fluxos entre as duas nações são grandes, sobretudo pelas cidades vizinhas Oiapoque e Saint-Georges-de-l'Oyapock. O Amapá é considerado a unidade da federação com maior proporção de área vegetal conservada. Essas áreas, se unidas com as terras indígenas, aproxima-se dos 70% do território amapaense. Em relação ao seu potencial mineral a estimativa está entre 7% a 21% de depósitos minerais importantes como manganês, ouro, ferro e cromo, entre outros. Esses minérios encontram-se, geralmente, em duas maiores Terras Indígenas do estado – TI Wajãpi e TI Uaçá. Essa demanda por minérios recorre em dois tipos de atividades de exploração de minérios: uma é ação de grandes mineradoras por meio de processos legalizados e a outra são atividades de mineradoras ilegais. Estas tem tensionados conflitos violentos entre garimpeiros e indígenas, além de trazer problemas ambientais que afetam todo o ecossistema.

A grande maioria dos garimpeiros tem cidadania brasileira. Eles são atraídos pela promessa de enriquecimento rápido. Após a hiper valorização do ouro pós crise de 2008, aumento das atividades ilegais auríferas aumentou por toda a Amazônia ao ponto de grandes facções criminosas brasileiras também entrarem no mercado, entre elas o Comando Vermelho e Família Terror do Amapá (FTA). A FTA é reconhecida pelo uso de métodos violentos exacerbados. Segundo matéria no *Correio Braziliense*⁶, essa organização é perigosa inclusive para seus próprios cúmplices, com recorrências de assassinatos de integrantes e seus familiares: “São quase como camicases, não têm limites [...] São capazes de matar alguém por um sim ou por um não”, afirma o procurador Sollier, em *Correio Braziliense*.

Na literatura, a representação desse bandido tende a colocá-lo com o Outro diante do sistema hegemônico, que traz à tona as pulsões e tensões sociais. A abordagem desse personagem traz inúmeros impasses entre arte e a sociedade, entre elas: ao representar matizes da violência urbana estaríamos banalizando os problemas sociais em prol de mercado consumidor? Na história literária, muitos autores deixaram de representar o jaguncismo para dar vez às personagens submersas em neo favelas, muitas vezes chamados de quadrilheiros. O crime organizado, nesse contexto, conseguiu se organizar e se estruturar ao ponto de ganhar visibilidade na grande mídia. Após a ditadura militar, essas organizações paralelas passaram a ser matéria-prima para o realismo brutal, como o próprio Comando Vermelho, que hoje tem capilaridades na Pan-Amazônia, teve sua história narrada no filme *400 contra 1: Uma história do crime organizado* (2010), de Caco Sousa.

⁶ [Quadrilhas super-violentas do Brasil avançam para a Guiana Francesa \(correio braziliense.com.br\)](http://correio braziliense.com.br)

Diante dessas informações, cabe pensar como a arte contemporânea reflete essa realidade sem banalizar os problemas sociais. Afinal, como mostrar formas do banditismo, dos malandros ou marginais, assim como a violência institucionalizada e entrelaçada ao poder paralelo, da miséria, da degradação humana sem cair em narrativas banais que naturalizam a violência com a única finalidade de entreter sem relação com a história do Brasil? Como vislumbrar a representação do espaço amazônico como território complexo privilegiado pelo realismo feroz ou brutalista em suas relações internas entre asfalto – rio – floresta? De qualquer modo, Preá, assim como Janalice e Portuga, metomina a desterritorialização de populações excluídas e esquecida pela história oficial. Esse realismo brutal e feroz, com nuances naturalista, propõe construções discursivas que fazem refletir os absurdos produzidos pelo poder, instaurando a dialética entre o Estado de direito e memória. Preá, aos moldes do Trio Ternura em *Cidade de Deus* (2002), porém na cena amazônica, transcende a figura do malandro, bastante difundido pelo cânone literário, e perpassa para categoria mais complexa e perigosa que podemos intitular de marginal bandido, são geralmente gerentes do crime organizado, protagonistas que põe em evidência a precariedade da sociedade, o absurdo mundo neoliberal e injusto que tolhe milhões de excluídos de suas vontades básicas.

Nesse sentido, acredito ser uma das grandes contribuições da literatura de Edyr Augusto em proporcionar um olhar ficcional das condições históricas para compreender a brutalidade nas sociedades amazônicas. Embora o autor esteja numa posição controversa, pois ao mesmo tempo em que está inserido num lugar de subalternidade de eixo literário com pouca visibilidade em nível nacional, ocupa também um lugar privilegiado homem, branco e heterossexual ao escrever sobre personagens marginalizados.

Porém, a literatura produzida na/da Amazônia atravessa a própria história local e traz à tona dinâmicas que tensionam os processos de representação com a própria realidade, fazendo com que o percurso das personagens pelo espaço transcenda finalidade puramente estética, mas também como uma narrativa de denúncia social das diversas complexidades das territorialidades amazônicas. Para isso, Edyr usufrui, em outros moldes, do realismo brutalista ambientado na cena amazônica a fim de proporcionar rasuras no cânone literário que complexifique a Amazônia para além dos discursos homogeneizantes pelas quais se formaram no decorrer do tempo e serviram aos interesses coloniais e neoliberais.

Entre vários núcleos narrativos e problemas sociais presentes em “Pssica”, a questão da bandidagem e da exploração do ouro na Amazônia ganha corpo sob égide do personagem Preá, principalmente na região do extremo norte do país. Esse personagem retrata bem o fluxo migratório

para as guianas para exploração de ouro, sobretudo, de maneira ilegal e clandestina. Sob condições extenuantes, esses garimpeiros acabam proporcionando tensões em territórios amazônicos ameaçando a existência de comunidades e da floresta. A narrativa ligada a esse cenário catastrófico “da corrida do ouro” não só serve para denúncia do processo de devastação de riquezas naturais, mas também para aproximar a realidade da ficção, reverberando os problemas que assolam a Amazônia há séculos, mas que ainda são realidade. Embora no traslado de Preá em “Pssica” não tenha menção aos povos originários e às reservas indígenas, julgamos pertinente traçar as principais conjunturas dessas comunidades neste texto, uma vez que elas são as maiores prejudicadas pelo processo de exploração mineral.

Dessa forma, Preá é sintoma de uma nova forma de coronelismo urbano, ou melhor, ribeirinho, que constitui novas condutas paralelas àquelas do Estado de direito. Tal sintoma mostra a falência deste por deixar no abandono populações periféricas e por não coibir a ascensão do poder paralelo, que muitas vezes conta com a ajuda de instituições de Estado. Assim, a ordem jurídica se desajustou a passa e não garantir condições mínimas necessárias para a cidadania. O Estado de direito muitas vezes sucumbe ao Estado do crime e da corrupção gerando um status fantasmagórico, isto é, passa a existir como instância da memória dos indivíduos, podendo ser interpretada erroneamente na brutalidade diária entre policiais, quadrilheiros e a população em geral. O direito é reflexo tanto da memória histórica quanto da memória coletiva, assim como também é matéria para reelaboração dessas duas memórias. Nesse sentido, as memórias fornecem instrumentos para compreensão de acontecimentos que formaram a realidade pela qual as territorialidades estão passando no presente. Com a derrocada de valores que levam a dissolução da lei, ou pior, a legitimação de outra que autorizam o crime organizado, põe-se em risco o direito à memória e à história, antídotos para que membros de uma comunidade não passem por violações de suas integridades físicas e morais. Tudo isso é personificado na figura de Janalice de “Pssica” que ao final da narrativa se encontra praticamente sem memória, mas isso é assunto para outro trabalho.

Referencias

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. Brasília: UnB, 1995.

AUGUSTO, Edyr. **Pssica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magiaetécnica, arte política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 241-252.

DIAS, Ângela Maria, GLENADEL, Paula. (Orgs.). **Estéticas da crueldade**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.

GALLOIS, D. T. Jane Karakuri: o ouro dos Waiãpi, a experiência de um garimpo indígena. In: MAGALHÃES, A. C. (Ed.). **Sociedade indígena e transformações ambientais**. Belém: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, 1993.

GALLOIS, D. T. O discurso waiãpi sobre o ouro – um profetismo moderno. **Revista de Antropologia**, v. 30/32, p. 457–467, 1989.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Coleção Encontros**. Organização Sérgio Cohn. Rio de Janeiro, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOPES, Débora. Transa Amazônica: uma entrevista com Edyr Augusto, autor de “Pssica”. **Vice**. 05/10/2015. Disponível em [Transa Amazônica: Uma Entrevista com Edyr Augusto, Autor de 'Pssica' \(vice.com\)](https://www.vice.com/pt-br/article/2015/10/05/transa-amazonica-uma-entrevista-com-edyr-augusto-autor-de-pssica). Acesso em: 22/02/2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1edições, 2018.

PELLEGRINI, Tânia. **Realismo: postura e método**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v.42, n.4, dezembro, p.137-155. 2007.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SANTIAGO, Abinoan. Brasileiros ilegais em garimpos da Guiana são preocupação em fronteira. **G1**. 2013. Acesso: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/08/brasileiros-ilegais-em-garimpos-da-guiana-sao-preocupacao-em-fronteira.html>. Acesso em 14/02/2023, 11:52

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015b, p. 8-19.

Recebido em: 06/09/2024

Aprovado em: 23/11/2024.

Como citar este artigo

RIBEIRO JÚNIOR, Francisco das Chagas; SARMENTO-PANTOJA, Augusto. Banditismo e Realismo: os comedores de terra-floresta em “Pssica” de Edyr Augusto. **Revista Narrares – V.2, N.2, Jul-Dez, 2024, pp. 73-87.**